

# CRUZANDO FRONTEIRAS: CONHECIMENTO E INTERDISCIPLINARIDADE NA PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL\*

Marcos A. Mattedi & Ivo M. Theis\*\*

## Resumo

Neste artigo se discute a interdisciplinaridade na pesquisa sobre desenvolvimento regional. A hipótese é que o desenvolvimento regional constitui um campo de estudos que aproxima diversas áreas de conhecimento. De fato, é crescente o interesse no exame de problemas regionais das formações sociais periféricas, agravados pela exposição dos espaços locais aos movimentos da globalização comandada pelas economias capitalistas centrais. Interesse adicional é despertado pela crise do Estado enquanto executor e gestor de políticas, pela fragilização das fronteiras nacionais e pela inserção subordinada na economia capitalista globalizada. Essas questões não podem ser enfrentadas a não ser recorrendo-se a instrumentos metodológicos elaborados em distintas disciplinas do conhecimento. O artigo se divide em cinco seções: a primeira corresponde à introdução, a segunda trata da interdisciplinaridade, a terceira passa em revista as origens da idéia de desenvolvimento, a quarta constitui uma análise da interdisciplinaridade no campo do desenvolvimento regional e a última apresenta as conclusões a respeito do tema aqui examinado.

Palavras-chave: conhecimento; desenvolvimento; desenvolvimento regional; interdisciplinaridade.

## Abstract

In this article we try to discuss interdisciplinary research on regional development. The hypothesis is that regional development constitutes a field of studies which brings

\* Este artigo se baseia em *paper* preparado para o VI Seminário Nacional sobre Desenvolvimento Regional, promovido pela UNISC [Santa Cruz do Sul/RS, 10-11/10/ 2001].

\*\* Marcos A. Mattedi é cientista social e Doutor em Sociologia pela UNICAMP [mam@furb.br]; Ivo M. Theis é economista e Doutor em Geografia Econômica pela Universidade de Tübingen, Alemanha [theis@furb.br]; ambos são professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Regional de Blumenau.

different areas of knowledge together. In fact, the interest to examine regional problems of peripheral social formations, aggravated by the exposition of the local spaces to the movements of the globalisation commanded by the central capitalists economics, is increasing. Additional interest is awaked by the crisis of the State as policy executer, by the weakness of the national borders and by the subordinated condition in the globalised capitalist economy. These questions can only be confronted by the use of methodological instruments developed in distinct disciplines of knowledge. In order to reach our purpose, the article is divided in five sections: the first corresponds to the introduction, the second deals with interdisciplinary research, the third reviews the origins of the concept of development, the fourth analyses interdisciplinary research on the regional development field, and the last presents the conclusions on the question here examined.

Keywords: development; interdisciplinary research; knowledge; regional development.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir a interdisciplinaridade na pesquisa realizada no campo do desenvolvimento regional. O objeto que se tem em mira é a questão do desenvolvimento em escala regional a partir de um enfoque interdisciplinar. Nossa hipótese é que o desenvolvimento regional é um campo de estudos que favorece a aproximação de diversas áreas de conhecimento. Para verificar esta hipótese, abordar o objeto referido e lograr o propósito acima mencionado, elegeu-se a dialética como o método de abordagem.

Há razões de caráter empírico como de natureza teórica que justificam o tratamento do assunto. Em *termos práticos*, é crescente o interesse na análise dos problemas regionais das formações sociais periféricas, agravados pela exposição dos espaços locais aos humores da globalização comandada pelas economias capitalistas centrais; em *termos teórico-metodológicos*, a crise do Estado como executor e gestor de políticas, a fragilização das fronteiras nacionais e a inserção subordinada na economia capitalista globalizada são problemas postos para os estudiosos do desenvolvimento, que não podem ser enfrentados a não ser recorrendo-se a instrumentos metodológicos desenvolvidos em várias disciplinas do conhecimento.

Este artigo se divide em cinco seções: além da presente introdução, há uma seção que introduz o leitor à temática da interdisciplinaridade, uma que trata da questão do desenvolvimento, uma quarta seção que examina a interdisciplinaridade no campo do desenvolvimento regional e uma última que apresenta as conclusões a respeito do tema aqui examinado.

## 2 A ABERTURA INTERDISCIPLINAR DAS FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO

A interdisciplinaridade designa as formas de relações profissionais e epistemológicas estabelecidas entre pesquisadores de diferentes disciplinas. Constitui um tema repleto de controvérsias e que tem alimentado grandes debates. Por um lado, a interdisciplinaridade tem sido descrita como um projeto extracientífico, um tema irremediavelmente degradado, preso as estratégias e táticas de pesquisadores para a obtenção de poder e acesso a recursos. Neste caso, a interdisciplinaridade é vista como o refúgio da pesquisa de má qualidade. Por outro, tem sido vista como um atributo inescapável que se impõe tanto pela descoberta, como pela confirmação e até reconhecimento de que os procedimentos adotados pelas disciplinas são inadequados. Revela que as disciplinas são formas sócio-institucionais de produção do conhecimento, tributárias de uma história, mediante as quais o conhecimento científico se organiza, se desenvolve, se avalia, se controla e se transmite. Neste caso, o jogo das relações interdisciplinares não revela somente os problemas epistemológicos ligados ao contato entre saberes científicos, mas também os problemas institucionais de organização de grupos de pesquisa. Para estes, a interdisciplinaridade produz saberes inacessíveis às disciplinas isoladas, e a abordagem interdisciplinar tende a perturbar as regras, os hábitos e as hierarquias que regem o jogo científico:

Discussão potencialmente sem fim e interminável: na luta incessante entre aqueles que rejeitam, por causa de amadorismo, de discurso pseudofilosófico e/ou de charlatanismo, qualquer proposta de conhecimento que não fosse formulada em conformidade com os padrões existentes no seio de uma disciplina reconhecida como científica num dado momento e aqueles que estigmatizam a incultura, a estreiteza de pensamento dos especialistas ou o reducionismo, e advogam sínteses amplas (...) Uma ciência que ignora o que se passa na periferia de seu objeto corre o risco de permanecer cega. Mas, reciprocamente, não se pode enfocar o projetor sobre tudo ao mesmo tempo, pois corre-se o risco de não ver nada (Caillé, 1997, p. 5-6).

Neste sentido, enquanto a visão pessimista caracteriza a pesquisa interdisciplinar como uma atividade não-científica, a visão otimista concebe a pesquisa interdisciplinar como uma etapa que conduz à formação de uma nova disciplina.

A idéia de interdisciplinaridade evoca uma gradação de intensidade e de modalidades de relações entre disciplinas, que podem abranger tanto a troca de idéias e conceitos por meio de contatos informais entre pesquisadores, como processos institucionalizados em âmbitos departamentais ou em centros de pesquisa. A fim de ordenar este tipo de

relações, um amplo espectro de denominações tem sido introduzido para caracterizar o gradiente de interações estabelecidas por pesquisadores de disciplinas diferentes (Béchillon, 1997, pp. 185-187):

- O conceito de *pluridisciplinaridade*, que indica a justaposição de pontos de vista disciplinares produzidos sobre um mesmo objeto, mas sem coordenação.
- O conceito de *multidisciplinaridade*, que indica a intervenção de várias disciplinas, mas sem interações entre os domínios de investigação.
- O conceito de *transdisciplinaridade*, que indica que as interações não se estabelecem somente entre os pesquisadores das disciplinas, mas envolvem também planejadores, administradores e as próprias comunidades, procurando abandonar visões particulares para produzir um saber autônomo, do que surgem novos objetos e novos métodos.

No que se refere à interdisciplinaridade, ela tende a variar segundo seus domínios de aplicação:

- √ O número de disciplinas envolvidas na pesquisa,
- √ O grau de similaridade existente entre elas,
- √ A originalidade e a criatividade do arranjo estabelecido entre elas,
- √ O grau de integração.

A consideração destas características permite a formulação da seguinte hipótese de trabalho: quanto maior for a similaridade existente entre as disciplinas, maior o grau de integração interdisciplinar.

Segundo Godard (1992, p. 435-439), a realização de uma pesquisa interdisciplinar suscita três grandes classes de problemas. Os problemas que aparecem com maior visibilidade são aqueles decorrentes da organização e da coordenação de um coletivo de pesquisadores que pertencem a equipes e estruturas diferentes, em que inexistem um princípio de autoridade congregando o conjunto de participantes de um programa de pesquisa. Aqui estão em causa as formas sociais de organização da pesquisa própria de cada país, no qual os interesses profissionais e os estatutos são muito variados. O segundo diz respeito à comunicação entre pesquisadores de diferentes campos disciplinares, pois os universos disciplinares estão em relação de concorrência financeira ou de reputação, permanecendo fechados em outros campos como o factual, o conceitual, o metodológico ou o teórico. A abertura interdisciplinar é vista como algo que desafia decisivamente a autonomia e a própria identidade disciplinar, fazendo surgir resistências tanto no plano intelectual quanto no plano organizacional, em relação à coordenação de procedimentos, aos instrumentos e às agendas. E, finalmente, uma terceira classe de problemas corresponde à necessidade de se superar a justaposição disciplinar e de se elaborar recursos científicos originais, distintos dos resultados disciplinares usuais. Em situações deste tipo evidenciam-se os limites dos métodos colocados à disposição de disciplinas solicitadas a abordar

objetos híbridos, com dimensões que não se circunscrevem aos recortes clássicos.

Nesse sentido, como assinala Godard (1992), a abordagem da interdisciplinaridade não deve se limitar à dimensão taxionômica, mas deve evidenciar as estratégias que organizam o vínculo interdisciplinar. Desse ponto de vista, é possível destacar dois eixos analíticos: por um lado, a integração, que se caracteriza como a inserção de um elemento em um todo organizado; por outro, a interação, que se refere à densidade de contatos, trocas e ações recíprocas.

Considerando estes fatores analíticos, Godard (1992, pp. 439-447) identifica seis figuras estratégicas para a compreensão das relações interdisciplinares:

- Primeira estratégia: a escolha de um terreno comum permitindo encontro e intercâmbio. Segundo esta estratégia, a pesquisa interdisciplinar não é considerada *ex ante*. O processo de integração se estabelece em função da escolha de um assunto em comum e de uma organização mínima, procurando estabelecer um reservatório de informações “de todos os ângulos possíveis”;

- Segunda estratégia: uma divisão do trabalho planejada a partir de uma questão inicial. A referência a um objeto em comum previamente definido fornece o princípio de associação sobre o qual se apoia a arquitetura de um programa de pesquisa. A viabilidade desta estratégia depende da delimitação de um problema, da identificação das questões e da decomposição da pesquisa em operações a serem realizadas por pesquisadores de diferentes disciplinas;

- Terceira estratégia: a constituição de um referencial descritivo, de dispositivos de informação e de memória comuns. Esta estratégia consiste em expandir ao máximo a parte comum dos recursos técnicos e científicos utilizados pelas disciplinas agrupadas no programa. Nesse caso, pressupondo-se a heterogeneidade teórica das disciplinas, a opção escolhida aponta para a dimensão empírico-descritiva da atividade de pesquisa, no que se refere a coleta e tratamento dos dados;

- Quarta estratégia: a interação organizada em torno de uma árvore evolutiva de questões comuns e em torno da coordenação sustentada de procedimentos disciplinares. Neste caso, a atenção volta-se para as condições de organização de um processo contínuo de interação entre as várias disciplinas congregadas, visando o estudo de um problema. O papel primordial e positivo das diversas disciplinas é plenamente reconhecido, mas o horizonte monodisciplinar é percebido como insuficiente para apreender certos tipos de problemas;

- Quinta estratégia: a perspectiva da integração através de recurso a uma metalinguagem teórica unificada, como aquela oferecida pela teoria dos sistemas. Esta estratégia baseia-se na tentativa de elaborar um formalismo suficientemente geral e preciso, para permitir que sejam expressos os conceitos, as preocupações e as contribuições de um número elevado de disciplinas, tornando as diferenças entre as disciplinas algo de importância secundária e restrito ao plano histórico e empírico;

• Sexta estratégia: a gênese de uma nova disciplina. Neste caso, as pesquisas interdisciplinares são avaliadas no processo de sua progressão rumo à definição de um novo campo de pesquisa. O objeto assim reconstruído em sua unidade surge como fundador de um espaço unificado de pesquisa, germe de uma nova disciplina. No plano epistemológico, exige-se a consolidação de conceitos e a obtenção de resultados cumulativos, enquanto no plano institucional o êxito passa pela formação de comunidades científicas que disponham de meios de publicação e dispositivos de formação.

No que se refere ao Brasil, o projeto interdisciplinar implanta-se por duas ordens de consideração que se encontram interligadas. A primeira diz respeito à justificação meta-teórica, relativa à insatisfação com os procedimentos e os resultados alcançados com a abordagem monodisciplinar. Desse ponto de vista, não somente os velhos objetos de estudo estariam transbordando as velhas explicações, mas, principalmente, a emergência de novos problemas estariam transgredindo as fronteiras disciplinares clássicas. A segunda diz respeito a justificativas pragmáticas, relacionadas aos limites políticos e institucionais do projeto disciplinar, relativos à disponibilidade de recursos para a execução de um projeto disciplinar marcado pela crescente especialização e limites logísticos relativos à disponibilidade de recursos para operacionalização do processo de especialização. A conjunção destas duas ordens de consideração desencadeia um discurso crítico sobre a disciplinaridade em contextos nos quais prevalecem uma baixa institucionalização disciplinar e pouca disponibilidade de recursos. A reunião de esforços para otimizar contribuições, produtividade e reconhecimento tenderia a compensar o descompasso com os centros de saber mais avançados (Burity, 2001).

### 3 AS ORIGENS DA IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO E A FORMULAÇÃO DE SEU CONCEITO

O conceito de desenvolvimento não é, certamente, tão velho assim (Theofanides, 1988, p. 1458). Entretanto, parece que ele teve vida suficiente para que *desenvolvimento em sua manifestação concreta* fosse considerado antidemocrático (Lummis, 1991) e irrelevante (Edwards, 1989), a *teoria do desenvolvimento* fosse criticada como sendo apenas uma simples e má teoria (Blaut, 1978: 309) e o termo *desenvolvimento* mesmo fosse denunciado como vazio de conteúdo (Esteva, 1993; Sachs, 1991, 1992a, 1992b, 1993a).

Os mais diferentes significados atribuídos a desenvolvimento constituem uma inesgotável fonte de discussão. Muitas controvérsias presentes na discussão sobre desenvolvimento repousam numa limitada compreensão dos conteúdos do conceito (Nohlen & Nuscheler, 1993b, p. 55). Sem dúvida, isso decorre do fato, nem sempre lembrado, de que pelo termo se indica um “processo” e também um “objetivo” (Dubois,

1991), ademais de ele evocar um tratamento (como processo ou como objetivo) tanto teórico quanto empírico-prático (Theofanides, 1988). Como processó, desenvolvimento se refere quase sempre a possibilidades de mudanças sociais (Mathur, 1989), enquanto como objetivo (nem sempre fácil de ser definido) ele se refere à projeção de alternativas desejáveis – para cuja concretização devem conduzir as referidas mudanças sociais (Dubois, 1991). Posto que o termo desenvolvimento é condicionado, em ambas as situações, por juízos de valor, ele ainda acaba sendo etiquetado como categoria normativa (Nohlen & Nuscheler, 1993b, p. 56). Há, claro, situações nas quais desenvolvimento não é confundido nem com objetivos nem com alternativas desejáveis. Aí ele não se reveste de sua natureza normativa, mas, de um caráter descritivo. Desenvolvimento enquanto categoria descritiva remete a fatos e fenômenos do passado e do presente tratados cientificamente (Goulet, 1992a, p. 246; Goulet, 1992b, p. 467).

Todavia, as controvérsias sobre desenvolvimento não devem alimentar as perspectivas que denunciam uma suposta ausência de conteúdo do termo e apontam uma perda de importância do conceito. Antes, elas devem contribuir para a diversificação e a pluralidade dos *estudos do desenvolvimento* (Nohlen & Nuscheler, 1993b, p. 57). Mesmo aqueles críticos que decretaram a irrelevância do desenvolvimento concordam que vem tendo lugar uma ampliação sem precedentes da pesquisa sobre temas afins, que cada vez mais projetos de desenvolvimento são financiados, que sempre mais livros e periódicos sobre questões relativas ao desenvolvimento são publicados (Edwards, 1989).

Ademais, os estudos teóricos e as pesquisas empíricas sobre fenômenos do desenvolvimento conduziram a pelo menos 32 novas subdivisões da área de conhecimento originalmente compreendida pelo campo do desenvolvimento. Esta especialização contribuiu, seguramente, para uma melhora na qualidade dos conhecimentos sobre problemas do desenvolvimento, assim proporcionando tanto maior clareza acerca da realidade quanto validade para a própria teoria do desenvolvimento (Theofanides, 1988).

Apenas pelo até aqui exposto já deve ser recomendável evitar simplificações que vêm à superfície quando o debate sobre desenvolvimento se limita a questões como “por que alguns são tão ricos e outros tão pobres” (Landes, 1990). Aqui se incluem afirmações correntes que relacionam grau de desenvolvimento com, por exemplo, localização do país ou da região em questão sobre a superfície terrestre: se localizado(a) nos trópicos, então se trata de país ou região subdesenvolvido(a) – e vice-versa. Isso sugeriria que o desenvolvimento é uma conseqüência das condições naturais, particularmente do clima, predominantes no espaço considerado. Tais simplificações podem atingir um patamar de racismo explícito quando o grau de desenvolvimento é relacionado com a raça e a cultura do país ou da região em questão. Dessa perspectiva, os bons produzem desenvolvimento, enquanto os maus permanecem prisioneiros do subdesenvolvimento; os primeiros trabalham duro, são bem educados e demonstram esforço na busca de seus objetivos; os

últimos são preguiçosos, analfabetos e não querem saber de nada.

As referidas simplificações podem ser contornadas se se tiver presente que desenvolvimento não tem lugar num laboratório desconectado do tempo e do espaço, mas exatamente num dado espaço natural e social e num certo tempo histórico (Altvater, 1992, p. 17). Este fato nem sempre é devidamente observado no debate acadêmico sobre desenvolvimento; considerá-lo tende a evitar as acima mencionadas simplificações. É por isso que a questão do desenvolvimento é aqui entendida de uma perspectiva multidimensional e tratada de um ponto de vista interdisciplinar, a fim de que possa ser lograda a necessária clareza sobre a realidade do desenvolvimento.

Um olhar retrospectivo sobre a origem do conceito, ao contrário do que se poderia pensar, não facilita a tarefa de diminuir as controvérsias sobre o que, afinal, é desenvolvimento. Já se fez referência ao fato de que o conceito de desenvolvimento é bastante recente. No entanto, há quem seja da opinião de que se possa determinar exatamente quando a *development era* começou: 20 de janeiro de 1949! É a data em que Harry S. Truman assumiu o cargo de presidente dos Estados Unidos. Em seu discurso de posse, Truman teria definido a maior parte do planeta como *áreas subdesenvolvidas* (Esteva, 1993, pp. 89-90; Sachs, 1991, p. 27; Sachs, 1992a, p. 156; Sachs, 1992b, p. 887; Sachs, 1993a, p. 9; Sachs, 1993b, p. 4). Só que a pretensão a uma arqueologia do pensamento desenvolvimentista gera expectativas de escavações muito mais profundas do que as que levaram a Truman (Köbler, 1993, p. 203).

Na verdade a história do conceito conduz a um tempo muito mais remoto do que a referida opinião sugere. Também sobre isso há controvérsias, mas um exame mais cuidadoso sobre o assunto fica prejudicado em vista do limitado espaço aqui disponível. Considerando o propósito aqui perseguido, basta que se destaque o fato de que no limiar da modernidade a idéia de desenvolvimento era uma idéia fundamentalmente antropológica e religiosa. Com efeito, as filosofias dos séculos XVIII e XIX, das quais derivaria a idéia de desenvolvimento, estavam ligadas a uma concepção otimista das coisas, um otimismo que entendia os indivíduos e as sociedades — a partir de suas próprias energias — como sendo capazes de forjar um mundo cada vez melhor (Nohlen & Nuscheler, 1993b, p. 58).

Se o termo *desenvolvimento* se generaliza só em meados do século XX, a razão é que havia uma outra forma de expressar essa concepção otimista das coisas predominante nos dois séculos anteriores: trata-se do termo *progresso*. Ele despertou grandes esperanças tanto nos senhores da época colonial quanto nos seus perseguidos (Sbert, 1993, p. 126). Claro: o conceito de desenvolvimento acabaria sofrendo uma razoável influência da idéia de progresso pela simples razão de que ele foi condicionado pelas filosofias dos séculos XVIII e XIX (Furtado, 1978).

Para que se possa compreender melhor as influências da idéia de progresso sobre o conceito de desenvolvimento, é necessário esclarecer o que se quer dizer com

progresso. Uma primeira aproximação da problemática conduz a uma definição inicial que diz que progresso consiste na melhoria das relações humanas ao longo da história (o que, hoje em dia — e medido por indicadores como o PIB — significa desenvolvimento). Nesta melhoria das relações entre os seres humanos pensava, entre outros, Karl Marx ao propor, em sua décima primeira tese sobre Feuerbach, que não bastava interpretar o mundo: era preciso transformá-lo<sup>1</sup>. O mundo a que se referia Marx era o mundo, ainda em construção, de seres humanos melhorados em que predominariam relações de uma sociedade comunista sem classes. Aqui se mostra mais claramente o que, na maior parte dos casos, se queria dizer com progresso: o termo se refere não apenas a indivíduos tomados isoladamente, mas também não a um coletivo determinado. Tratam-se de relações e processos mais gerais, impessoais, que transcendem um dado tempo e um certo espaço (Rapp, 1992, p. 69).

De toda forma, no termo progresso é destacado o momento da esperança, i.é. da visão de um futuro em liberdade, justiça e abundância (Sbert, 1993, p. 130). Esta visão futurista, cuja origem é creditada aos filósofos progressistas dos séculos XVIII e XIX, era completamente estranha às sociedades Antiga e da Idade Média (Rapp, 1992, pp. 41, 104-105, 108). Embora não se tenha aqui o propósito de buscar recompor o quadro originário da idéia de progresso, o fato é que persiste uma pergunta incômoda: se se trata de uma idéia essencialmente européia dos séculos XVIII e XIX, que a herança espiritual da Europa se funda no legado da filosofia grega, da religião cristã e da organização jurídica romana, mas que se a desconhecia na Antigüidade (e mesmo na Idade Média), como pode então a moderna idéia de progresso ganhar a superfície?

A resposta vai em direção à dissolução do mito pré-moderno que representa o mundo como natureza acabada. Em outras palavras: o mito, dominante na Antigüidade e na Idade Média, segundo o qual o mundo era imutável (e não deveria mudar!), foi consideravelmente erodido — se bem que não inteiramente eliminado (Rapp, 1992, p. 116-117).

O pensamento racional da Modernidade, tão logo suplantara a velha crença mítica, chamou uma nova crença à tona, a crença no poder da história, nas ciências naturais e na técnica, enfim, no aperfeiçoamento dos seres humanos. Embora seja discutível como a idéia de progresso evoluiu historicamente, uma possibilidade é que, tendo seu ponto de partida na imagem da criação divina, ela foi reforçada ao longo do tempo por novas imagens divinas (elaboradas por Kant, Hegel e Marx, entre outros), chegando até o período moderno. Importa assinalar que é sobre as conseqüências desse desenvolvimento que repousa o fato de que a história mesma, interpretada como idéia de progresso, finalmente passou a ocupar o lugar de Deus enquanto instância que confere significado às coisas. A

<sup>1</sup>“Die Philosophen haben die Welt nur verschieden interpretiert, es kömmt draufan, sie zu verändern” (Marx, 1990, p. 7).

perspectiva de um Deus bondoso e todo-poderoso será transferida ao progresso histórico que, então, assumirá efetivamente o caráter de instância que provê sentido às coisas, passando, assim, a conferir um caráter impessoal à ambição humana (Rapp, 1992, p. 152-153).

Se ficou claro como evoluiu a idéia de progresso, então terá chegado o momento de examinar os significados mais comuns do conceito, de maneira que se possa clarear o vínculo entre progresso e desenvolvimento<sup>2</sup>. Em maior ou menor grau, esses significados correspondem aos sentidos assumidos pela idéia de progresso ao longo de sua evolução. Eles conduzem a uma definição mais precisa do que efetivamente seja progresso. Para Rapp (1992, p. 20), o conceito de progresso implica uma dada consequência temporal; os fenômenos abarcados por essa consequência temporal não estão isolados uns dos outros; entre eles existe um vínculo contínuo, no interior do qual surge algo completamente novo; esse novo pode ser avaliado de forma positiva e como melhor do que o que existia antes; esse algo novo, conquanto quebre a continuidade do que é ultrapassado, não gera novas possibilidades para o futuro. É este elemento, inovativo e produtivo, que constitui propriamente o centro da idéia de progresso (veja-se também Rapp, 1992, p. 163, 198-199).

Esta definição de *progresso* se aproxima claramente do conceito de *desenvolvimento*. E a teoria da evolução, originária das ciências naturais, parece ser a ponte a unir a ambos (Rapp, 1992, p. 81). Cumpre recordar que no período de 1759 a 1859 muda radicalmente o sentido do termo *evolução*: cada vez mais ele é igualado ao termo desenvolvimento (Esteva, 1993, p. 93). Tal mudança reservaria ao paradigma tecnológico um papel de maior destaque (Rapp, 1992, p. 97, 128) e plasmaria no conceito de desenvolvimento um significado cada vez mais caracteristicamente econômico (Sbert, 1993, p. 138).

Essa mudança está, naturalmente, relacionada com a própria formação da sociedade capitalista. É o advento do indivíduo burguês, do *homo oeconomicus* (Fetscher, 1980, p. 28; Roy, 1992, p. 373), que constitui a mais relevante raiz do moderno conceito de progresso. O seu surgimento levaria a que incomensuráveis novas forças e instituições sociais fossem chamadas a participar mais ativamente de um mundo que conhecia, de forma cada vez mais palpável, o que era *progresso* (Sbert, 1993, p. 131) — ou, talvez, já *desenvolvimento*. De fato, a ideologia do desenvolvimento diferenciaria-se da ideologia

<sup>2</sup> Embora neste artigo nos concentremos na *relação* entre progresso e desenvolvimento, poderiam ser lembrados pelo menos outros quatro significados do termo: (i) o progresso expresso na preocupação do cristianismo com a ida para os céus; (ii) o progresso no sentido da emancipação do indivíduo em relação à família, ao clã e à tribo; (iii) o progresso manifesto na moderna democracia; (iv) o progresso expresso pelo aperfeiçoamento do conhecimento sobre os eventos da natureza; e, finalmente, (v) o progresso como libertação da *ordre nature* da economia, prisioneira de regulações tradicionais, religiosas e políticas. Como se pode perceber, será especialmente este último que maior influência exercerá sobre o conceito de desenvolvimento (Fetscher, 1980, pp. 29-30).

do progresso, num prazo de um século, devido a maior ênfase econômica da primeira relativamente à segunda (Furtado, 1978).

Contra a idéia de progresso são dirigidas críticas segundo as quais o processo [engendrado pela idéia] é antes desfavorável que benéfico para a humanidade. Argumenta-se que o progresso [enquanto idéia] torna o mundo perceptível sobretudo como fonte de riquezas — riquezas em tese acessíveis a todos, mas privilegiadamente aqueles que estão a caminho do progresso. Claro: também outros povos e raças deveriam poder partilhar dos frutos do progresso, mas só se atendida a *conditio sine qua non* de que esses povos e raças se disponham a se libertarem de seus vínculos tribais e de suas culturas tradicionais — que, de qualquer modo, só são vistas como estranhas restrições aos valores universais da civilização ocidental (Sbert, 1993, p. 130). Contra essas críticas se defendia que o progresso [enquanto idéia] não pode ser julgado tão negativamente, embora uma certa concepção de progresso realmente se tornasse demasiadamente questionável (Fetscher, 1980, p. 32). Ademais, é notável — e ao mesmo tempo irritante — o fato de que a crítica ao progresso pertença ao mesmo contexto cultural louvado pelos mais radicais adeptos da idéia de progresso: iluminismo, ciência, técnica, indústria, bem-estar, democratização etc. (Rapp, 1992, p. 172).

A transição no uso dos conceitos não deve significar um desconhecimento dos problemas que emergiram como resultado da ascensão da idéia de progresso. Antes é preciso aceitar que o conceito de desenvolvimento foi largamente influenciado pela idéia de progresso, assim se tornando herdeiro de tais problemas. Ao ganhar um significado cada vez mais caracteristicamente econômico, o conceito de desenvolvimento tornou-se expressão da dominação engendrada pela burguesia, interessada na aceleração do processo de acumulação. Em virtude disso é que o conceito de desenvolvimento assumiu um caráter essencialmente econômico (Furtado, 1978).

Nesse ponto é possível afirmar que a primeira formulação de desenvolvimento enquanto categoria econômica é a de Adam Smith e da economia clássica. A ela seguiu-se a de Karl Marx que, criticando os economistas clássicos, propôs o entendimento segundo o qual uma parcela do trabalho realizado não era paga aos trabalhadores, constituindo esta o motor do processo de acumulação de capital — ou seja, do *desenvolvimento*. Com a ascensão da *economia keynesiana*, uma nova formulação ganharia destaque: a de desenvolvimento como crescimento econômico de um país (Theis, 2000). Mas, a preocupação aqui foi menos com as infindáveis formulações de desenvolvimento e mais com a identificação de suas origens e com as bases da formulação de seu conceito — condição para examinar com mais cuidado a natureza interdisciplinar do conceito de *desenvolvimento regional*.

#### 4 A INTERDISCIPLINARIDADE NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para lograr o propósito de discutir a interdisciplinaridade na pesquisa realizada no campo do desenvolvimento regional, cabem alguns passos preliminares. Inicialmente, é preciso lembrar que se partiu da hipótese de que o desenvolvimento regional constitui uma temática que favorece a aproximação de diversas áreas de conhecimento. Também precisa ser reiterado que a questão do desenvolvimento, além de ser tratada de um ponto de vista interdisciplinar, é aqui entendida de uma perspectiva multidimensional. O passo seguinte é propor conceitos de *desenvolvimento* e de *região*, a partir dos quais se pode examinar, então, a interdisciplinaridade na pesquisa sobre desenvolvimento regional.

O conceito que propomos diz que *desenvolvimento é um processo baseado na alocação eficiente de recursos e no crescimento sustentável do produto agregado no longo prazo, promovido pelo emprego de mecanismos socioeconômicos e institucionais, visando o incremento rápido e em larga escala dos níveis de vida das massas pobres de nações e regiões periféricas* (Todaro, 1997). Ele tem o mérito de distanciar-se consideravelmente das formulações enviesadas por recortes monodisciplinares, por exemplo, derivados da idéia de *aumento da riqueza* das nações (como em Adam Smith e nos economistas clássicos) ou *crescimento econômico* (como nos herdeiros de Keynes) ou mesmo *acumulação de capital*. Não obstante, é um conceito que paga tributo à economia, porquanto assume como pressupostos a eficiência alocativa e o crescimento da produção econômica; todavia, vai além ao prever o recurso a mecanismos não-econômicos e, sobretudo, ao mirar com clareza os destinatários de seus benefícios – a população empobrecida de espaços marginalizados!

O caráter normativo do conceito de desenvolvimento proposto sugere que a ele estejam relacionados certos objetivos. Assim, para uma dada população (nacional ou regional) que deseja incrementar seus níveis de vida, o desenvolvimento implica a busca dos seguintes fins (Todaro, 1997):

- Aumentar a disponibilidade e ampliar a distribuição de bens de consumo básico;
- Melhorar as condições materiais de vida não apenas mediante a elevação de rendas, provisão de mais empregos e melhor educação, mas também através de uma atenção maior a valores culturais e humanísticos, elevando o bem-estar e a auto-estima individual e coletiva;
- Expandir o elenco de opções econômicas e sociais disponíveis aos indivíduos e às coletividades, de modo a permitir que se libertem da submissão – não apenas em relação a outros indivíduos e coletividades, mas também em relação às forças da ignorância e da miséria humanas.

Quanto ao conceito de *região*, entendemos que se trata de *uma localidade ou um lugar que corresponde a uma certa área geográfica de extensão subnacional; essa área apresenta um determinado grau de desenvolvimento, associado à presença de uma dada*

*comunidade de indivíduos – pertencentes a distintos grupos e classes sociais – e de suas atividades socioeconômicas* (Scott, 1998; Corrêa, 2000).

Portanto, com este conceito de região referimo-nos a um certo espaço no qual se realiza um conjunto de atividades da produção social. Convém observar, todavia, que, mais do que *espacializar*, esse conceito de região *territorializa* processos sociais, a produção social, meios de produção, a reprodução da vida social, etc. Também se sabe que uma região existe como quadro de referência na consciência das classes e dos grupos sociais. Quando o espaço adquire certa espessura, a região define um código social comum, ligado a uma dada base territorial. A região passa a ser vista como produto real, construído num quadro de solidariedade territorial. Claro: qualquer conceito de região suscita uma reflexão sobre os interesses que identificam a comunidade regional com um certo espaço, assim como sobre os limites de autonomia face a um poder central. Estes elementos também fazem parte da definição de região, mas algumas de suas dimensões – como, por exemplo, o controle e a gestão de um dado território – ainda permanecem obscuras (Gomes, 1995).

É interessante destacar *o retorno das regiões* – melhor: *a volta das economias regionais*. E o que a explica? Para Castro (1994, p. 158), o retorno das economias regionais se deve à “crescente importância da escala planetária na organização da economia, das finanças, das redes de poder [que] têm, paradoxalmente, reforçado a importância das decisões nas escalas regionais e locais”. Dito de outro modo: é o *global* que revaloriza o *local* (Fischer, 1996, p. 20). É isto que explica por que uma categoria como *desenvolvimento regional* voltou a fazer parte dos debates acadêmicos (e, também, das publicações científicas) e do discurso de técnicos e políticos que atuam nos níveis local e estadual.

Mas, o que se entende, afinal, por desenvolvimento regional?

Desenvolvimento regional é o processo, localizado, de mudança social sustentável, que tem como propósito último o progresso permanente de uma comunidade, e de seus respectivos membros, que vive num determinado espaço regional (Boisier, 1996, p. 33-35; Clemente & Higachi, 2000). Quando se constata que desenvolvimento regional vem frequentando debates acadêmicos e discursos de políticos, então se assume que o conceito contém, além de um *caráter objetivo*, uma *dimensão normativa*. Assim, ele carrega uma certa ambigüidade: ora se trata de algo empiricamente verificável, ora se trata de uma proposição ou um projeto.

O emprego mais comum do conceito de desenvolvimento regional refere ao processo de acumulação que tem lugar no espaço de uma dada região. Esse entendimento do conceito envolve dimensões que as teorias tradicionais sobre desenvolvimento regional têm desconsiderado. Por exemplo, identifica-se uma certa *flexibilidade*, que se opõe à rigidez das formas clássicas de concepção de organização do território. Tomam-se em conta os fenômenos mais recentes de diversificação e enriquecimento das atividades sobre o território com base na mobilização de seus próprios recursos (naturais, humanos

e econômicos) e energias. Convém lembrar que, à ênfase nesses elementos endógenos do desenvolvimento, opunham-se perspectivas de análise que atribuíam maior atenção a estratégias centradas no *manejo* do espaço territorial. Aqui, o processo de desenvolvimento regional corresponde à idéia de uma economia flexível, que constitui alternativa para a economia baseada em grandes unidades produtivas. Nos anos 1980, por exemplo, verificaram-se grandes defasagens no desenvolvimento de certos países e regiões — destacadamente daqueles de renda média. Tais defasagens, que inegavelmente estavam ligados a problemas de endividamento, parecem hoje ter relação maior com o processo de globalização. Embora a globalização da economia capitalista mundial venha provocando conseqüências muito diversas, países como o Brasil parecem condenados a pagar os altos custos de uma inserção subordinada na economia globalizada — que se expressam numa crescente competição inter-regional. O que parece essencial é que o sistema de coações e oportunidades de desenvolvimento vem sofrendo mudanças importantes, sobretudo a partir dos anos 1990, com fortes reflexos sobre as potencialidades de desenvolvimento regional.

Portanto, as teorias do desenvolvimento regional devem ser reconsideradas. Ao se globalizar, a economia capitalista mundial aguça concorrências entre lugares e Estados, desenhando novos territórios em escala planetária. É preciso investigar problemas de desenvolvimento regional, atentando para as especificidades dos espaços regionais no contexto mais amplo da globalização da economia capitalista mundial. Por um lado, a evolução da economia capitalista parece marcada por um processo de re-aglomeração da produção e, por outro, por um processo de globalização dos fluxos econômicos. Com efeito, a economia mundial poderia ser considerada um mosaico de regiões especializadas, com processos complexos de crescimento localizado, cada vez mais dependentes de complexas estratégias de crescimento localizado de outras regiões. Outra abordagem, contudo, destaca o papel de uma nova divisão espacial (e internacional) do trabalho (NDET). Esta seria introduzida pela empresa multinacional e, de maneira mais geral, pela empresa de estabelecimentos múltiplos. Nesta NDET, as diferentes fases do processo de produção seriam condicionadas pelas características tecnológicas e pelo nível de qualificação requeridos. Atividades de alta tecnologia e funções de direção seriam reservadas às regiões centrais, ao passo que tarefas repetitivas, pouco qualificadas, que requerem considerável mão-de-obra, seriam relegadas à periferia. Embora as trocas se façam entre diferentes regiões, elas permaneceriam internas à firma (Benko, 1996).

Isto posto, impõe-se perguntar se o propósito de discutir a interdisciplinaridade na pesquisa realizada no campo do desenvolvimento regional pode ser lograda. Parece não restar dúvidas de que o desenvolvimento regional constitui, de fato, uma temática que favorece a aproximação de várias áreas de conhecimento — o que confirma a hipótese antes formulada. Assim, pois, considera-se desenvolvimento regional uma temática interdisciplinar — se, no presente caso, interdisciplinaridade for definida pela presença de

múltiplas disciplinas do conhecimento e, sobretudo, pelo cruzamento das mesmas, na análise de processos de desenvolvimento que têm lugar no contexto de um espaço regional.

## 5 CONCLUSÃO

Este artigo teve o propósito de discutir a interdisciplinaridade na pesquisa realizada no campo do desenvolvimento regional. O objeto em questão foi o desenvolvimento em escala regional a partir de um enfoque interdisciplinar. A hipótese básica de que se partiu era que o desenvolvimento regional constitui um campo de estudos que aproxima diversas áreas de conhecimento. Para testar a hipótese, abordar o objeto e alcançar o objetivo proposto, empregou-se a dialética como o método de abordagem.

Depois de procedida a introdução à temática da interdisciplinaridade e a análise das origens da questão do desenvolvimento, dedicou-se uma seção ao exame da interdisciplinaridade no campo do desenvolvimento regional. Partiu-se do *conceito de região*, definida como localidade que corresponde a uma certa área geográfica de extensão subnacional, que apresenta um determinado grau de desenvolvimento, associado à presença de uma dada comunidade de indivíduos — pertencentes a distintos grupos e classes sociais — e de suas atividades socioeconômicas. Já *desenvolvimento* foi definido como um processo baseado na eficiente alocação de recursos e no crescimento sustentável do produto econômico no longo prazo, a partir do emprego de mecanismos socioeconômicos e institucionais, tendo em vista o aumento rápido e em larga escala dos níveis de vida da população pobre de nações e regiões periféricas. Desenvolvimento regional é, assim, um processo de mudança social sustentável, que tem como propósito primordial o progresso permanente de uma comunidade, e de seus respectivos membros, que vive num determinado espaço regional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTVATER, E. *Der Preis des Wohlstandes oder Umweltplünderung und neue Welt(un)ordnung*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1992.
- BÉCHILLON, D. La notion de transdisciplinarité. In: *Recherches: La Revue du M.A.U.S.S. (Guerre et Paix entre Les Sciences: Disciplinariédaté, Inter., et Transdisciplinariédaté)*, n. 10, p. 185-200, 1997.
- BLAUT, J. M. The theory of development. In: PEET, R. (org.) *Radical geography: alternative viewpoints on contemporary social issues*. London: Methuen, p. 309-314,



1978.

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BOISIER, S. *Modernidad y territorio*. Santiago de Chile: ILPES (= Cuadernos del ILPES, 42), 1996.

BURITY, J. A. Interdisciplinariedade, discurso e diálogo científico: entre-vistas. Recife: (s.n.), 2001.

CAILLÉ, A. Apresentação. In: *Recherches: La Revue du M.A.U.S.S. (Guerre et Paix entre Les Sciences: Disciplinariedad, Inter., et Transdisciplinariedad)*, Paris, n. 10, p. 5-29, 1997.

CASTRO, I. E. Visibilidade da região e do regionalismo: a escala brasileira em questão. In: LAVINAS, L. et al. (orgs.) *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 155-169, 1994.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. *Economia e desenvolvimento regional*. São Paulo: Atlas, 2000.

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

DUBOIS, M. The governance of Third World: a foucauldian perspective on power relations in development. In: *Alternatives*, v. 16, n. 1, p. 1-30, 1991.

EDWARDS, M. The irrelevance of development studies. In: *Third World Quarterly*, v. 11, n. 1, p. 116-135, 1989.

ESTEVA, G. Entwicklug. In: SACHS, W. (org.) *Wie im Westen so auf Erden: Einpolemisches Handbuch zur Entwicklungspolitik*. Reinbeck bei Hamburg: Rowohlt, p. 89-121, 1993.

FETSCHER, I. *Überlebensbedingungen der Menschheit*. München: R. Piper & Co. Verlag, 1980.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: FISCHER, T. (org.) *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 13-23, 1996.

FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GODARD, O. La relation interdisciplinaire: problèmes et stratégies. In: JOLLIVET, M. *Sciences de la nature, sciences de la société: les passeurs de frontières*. Paris: CNRS Éditions, 1992.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 49-76, 1995.

GOULET, D. Development indicators: a research problem, a policy problem. In: *The Journal of Socio-Economics*, v. 21, n. 3, p. 245-260, 1992a.

GOULET, D. Development: creator and destroyer of values. In: *World Development*, v. 20, n. 3, p. 467-475, 1992b.

KÖBLER, R. Rezension. In: *Peripherie*, v. 13, n. 51-52, p. 202-205, 1993.

LANDES, D. S. Why are we so rich and they so poor. In: *The American Economic Review*, v. 80, n. 2, p. 1-13, 1990.

LUMMIS, C. D. Development against democracy. In: *Alternatives*, v. 16, n. 1, p. 31-66, 1991.

MARX, K. *These über Feuerbach* [MEW 3]. Berlin: Dietz Verlag, p. 5-7, 1990.

MATHUR, G. B. The current impasse in development thinking: the metaphysics of power. In: *Alternatives*, v. 14, n. 4, p. 463-479, 1989.

NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. Was heißt Entwicklung?. In: NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. (orgs.) *Handbuch der Dritten Welt: Grundprobleme, Theorien, Strategien (vol. 1)*. Bonn: Verlag J. H. W. Dietz Nachf., p. 55-75, 1993b.

RAPP, F. *Fortschritt: Entwicklung und Sinngehalt einer philosophischen Idee*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1992.

ROY, R. Modern economics and the good life: a critique. In: *Alternatives*, v. 17, n. 3, p. 371-403, 1992.

SACHS, W. O esplendor desvanecido. In: *Comunicações do ISER*, n. 41, Ano 10, p. 27-37, 1991.

SACHS, W. Bigone splendour. In: EKINS, P.; MAX-NEEF, M. (orgs.) *Real-life economics: understanding wealth creation*. London & New York: Routledge, p. 156-161, 1992a.

SACHS, W. Von der Verteilung der Reichtümer zur Verteilung der Risiken. In: *Universitas*, v. 47, n. 9, p. 887-895, 1992b.

SACHS, W. Einleitung. In: SACHS, W. (org.) *Wie im Westen so auf Erden: Einpolemisches Handbuch zur Entwicklungspolitik*. Reinbeck bei Hamburg: Rowohlt, p. 7-15, 1993a.

SACHS, W. Global ecology and the shadow of development. In: SACHS, W. (org.) *Global ecology: a new arena of political conflict*. London & New Jersey: Zed Books &

Halifax/Fernwood, p. 3-21, 1993b.

SBERT, J. M. Fortschritt. In: SACHS, W. (org.) *Wie im Westen so auf Erden: Einpolemisches Handbuch zur Entwicklungspolitik*. Reinbeck bei Hamburg: Rowohlt, p. 122-144, 1993.

SCOTT, A. J. *Regions and the world economy: the coming shape of global production, competition and political order*. Oxford & New York: Oxford University Press, 1998.

THEIS, I. M. *Entwicklung und Energie in Südbrasilien: Eine wirtschaftsgeographische Analyse des Energiesystems des Itajaítals in Santa Catarina* (= Tübinger Geographische Studien, Heft 129). Tübingen: Selbstverlag des Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2000a.

THEOFANIDES, S. The metamorphosis of development economics. In: *World Development*, v. 16, n. 12, p. 1455-1463, 1988.

TODARO, M. P. *Economic development*. 6. ed. London & New York: Longman, 1997.